

folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Competência em informação (ColInfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea

Regina Célia Baptista Belluzzo

ARTIGO

Resumo

Apresentam-se reflexão e análise sobre o entorno da Competência em informação (ColInfo) e midiática, destacando-se a inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). São abordados os principais fundamentos teóricos que envolvem a convergência de propósito na promoção do desenvolvimento social e econômico na Sociedade da Informação, do Conhecimento e da Aprendizagem, denominações que são oferecidas para designar a sociedade contemporânea. Finaliza-se com o pressuposto de que todas as pessoas, independentemente do sexo, idade, raça, etnia, e pessoas com deficiência, migrantes, povos indígenas, crianças e jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida que os ajudem a adquirir os conhecimentos e habilidades necessários para explorar oportunidades e participar plenamente da sociedade, sendo que a ColInfo e a competência midiática têm importante função social nesse processo.

Palavras-chave: Competência em Informação. Competência midiática. Agenda 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável(ODS).

Information and media literacy: interrelationship with 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals (SDG) from the perspective of contemporary education

Abstract

Reflection and analysis on the environment of Information Literacy (IL) and Media Literacy (ML) are presented, highlighting the interrelation with Agenda 2030 and the Sustainable Development Objectives (ODS). The main theoretical foundations that involve the convergence of purpose in the promotion of social and economic development in the Information Society, Knowledge and Learning are presented, denominations that are offered to designate the contemporary society. It ends with the assumption that all people, regardless of gender, age, race, ethnicity, and persons with disabilities, migrants, indigenous peoples, children and young people, especially those in vulnerable situations, should have access to learning opportunities to help them acquire the knowledge and skills necessary to explore opportunities and participate fully in society, with IL and ML having an important social function in this process.

Keywords: Information Literacy. Media Literacy. Agenda 2030. Sustainable Development Goals (ODS).

1 Introdução

Inicia-se pela reflexão de que a Competência em Informação (ColInfo) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 convergem em seu propósito na promoção do desenvolvimento social e econômico na Sociedade da Informação, do Conhecimento e da Aprendizagem, denominações que são oferecidas para designar a sociedade contemporânea.

Considera-se existir uma “Sociedade da Informação” porque a sociedade atual instituiu um novo paradigma que tem como foco na informação em si, bem como sua produção, seu tratamento, sua disseminação e organização. Assim, informação é considerada como fator predominante para o desenvolvimento social, econômico e cultural e constitui o principal elemento para a construção do conhecimento. Em decorrência, o acesso à informação é decisivo para o aprimoramento do indivíduo, assim como da comunidade da qual ele faz parte.

Por sua vez, a “Sociedade do Conhecimento”, dadas as constantes transformações que a caracterizam, os recursos primeiros de informação disponíveis, tendem a permitir o acesso diversificado ao conhecimento, fortalecendo as relações dos indivíduos com o mundo exterior, sendo que o grande desafio é promover a integração plena dos mesmos em seu ambiente de estudo, por extensão à sociedade do conhecimento, conscientizando-os de que, para assumir suas responsabilidades sociais (inserção no mercado de trabalho, exercício da cidadania, enfrentamento do cotidiano), há que se ter domínio da tecnologia existente, além de espírito crítico e reflexivo.

Quanto à “Sociedade da Aprendizagem”, refere-se ao reconhecimento de que a evolução na educação impõe informações atualizadas e faz com que haja a necessidade de se criar um espaço capaz de solucionar questões de modificações no sistema de valores, transformações das atitudes em relação ao conhecimento e ao domínio do saber. Há necessidade também da função de educar o cidadão inserido no contexto, sendo necessário abandonar uma educação enciclopédica e atemporal e voltar-se para, uma educação substancial, essencial, com a atenção dirigida ao seu contexto histórico-social e que desenvolve o saber-ser, o saber-fazer e o saber-estar, englobando em seu currículo a ética, os valores, os comportamentos, as artes, as ciências, as tecnologias, as profissões e a ecologia.

O cenário contemporâneo traz consigo diferentes necessidades:

Necessidade de desenvolvimento pessoal, cultural e econômico. Necessidade de investimento em conhecimento e aprendizagem. Nova cultura de aprendizagem- pessoas aprendem de formas diferentes. Nova cultura – da informação ao conhecimento, o que requer **novas competências**. No novo cenário mundial, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, produtivo e responsável requer muito mais do que a acumulação de informações (BRASIL, 2017, grifo nosso).

Efetuando-se o recorte para o termo “novas competências” enquanto o resultado de uma nova cultura – da informação ao conhecimento – ressalta-se que apresentam diferentes níveis de entendimento e maneiras de aplicação, articulando-se com outras áreas de conhecimento. No senso comum, encontram-se dois enfoques semânticos para o termo competência: relacionado à legitimidade atribuída por lei ou por reconhecimento a uma pessoa ou organização para apreciar ou julgar determinada questão ou pleito; e, aquele relacionado ao reconhecimento de características pessoais (qualidades) vinculadas à capacidade e idoneidade para resolver certos assuntos, inclusive os de natureza profissional (HILLAU, 1994).

Além disso, existem diferentes abordagens em relação à competência, destacando-se, dentre elas as que seguem: 1) considera competência como sendo uma coleção de atributos pessoais, 2) vincula o conceito aos resultados observados/obtidos (processos/atividades realizados), e, 3) propõe a noção de competência dialógica, originada na combinação de atributos pessoais para a realização de ações, em contextos específicos, visando atingir determinados resultados.

A abordagem dialógica de competência reconhece e considera a história das pessoas e das sociedades nos seus processos de reprodução ou de transformação dos saberes e valores que legitimam os atributos e os resultados esperados numa determinada área. Em situação de ensino/aprendizagem, as pessoas aprendem a identificar e a descobrir conhecimentos, a mobilizá-los de forma contextualizada. Ser competente não é realizar uma mera assimilação de conhecimentos suplementares, gerais ou locais, mas sim, compreende a construção de esquemas que permitem mobilizar conhecimentos na situação certa e com discernimento. A partir de uma decisão ou procura de informação pertinente, estes esquemas de percepção, pensamento, avaliação e ação suportam interferências, antecipações, generalizações e apreciações de probabilidades. Ao construir competências considera-se o contexto de aprendizagem, a implicação do sujeito na tomada de decisão, a resolução de situações problemáticas e o próprio processo de acesso e uso da informação de forma inteligente para a construção de conhecimento e sua aplicação a uma realidade - a Competência em Informação (ColInfo) e midiática em inter-relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030, nas três dimensões: a econômica, a social e a ambiental.

O objetivo geral deste artigo é levar à reflexão e compreensão a respeito da competência em informação e sua inter-relação com outros temas de importância para o cenário contemporâneo. Justifica-se devido à necessidade do Brasil, a exemplo de outros países, estar comprometido com a Nova Agenda para 2030 voltada ao desenvolvimento sustentável da população e, além disso, possibilita estabelecer uma relação interdisciplinar entre a Ciência da Informação e outras áreas do conhecimento. Trata-se de uma contribuição de natureza teórica cujos referenciais foram construídos por meio de uma

revisão bibliográfica seletiva sobre os tópicos: competência em informação, educação, aprendizado ao longo da vida, desenvolvimento sustentável, Agenda 2030 e os ODS, estes últimos, cujos princípios, embora de natureza global e universalmente aplicáveis, dialogam com as políticas e ações nos âmbitos regional e local. As considerações finais demonstram que no nosso contexto, os estudos teóricos e práticos ainda estão em processo de expansão, em especial, no que diz respeito aos diferentes espaços de promoção da Competência em Informação para o alcance das prioridades elencadas: pessoas, prosperidade, paz, parcerias e planeta.

2 Da competência em informação (Colnfo) e midiática: origens e cenários

Inicia-se por indagar: em que consiste a Colnfo e quais suas origens? Encontra-se resposta em movimento que tem suas origens em 1974, com o relatório *The Information Service Environment: relationships and priorities*, de Paul Zurkowski, apresentado à Comissão Nacional de Biblioteconomia e Ciência da Informação americana. Contemplava uma proposta de criação de programa que tornasse as pessoas competentes em informação (*information literates*), a ser desenvolvido entre os anos de 1974 a 1984 para desenvolver habilidades na utilização dos recursos de informação disponíveis e que viessem a ser desenvolvidos sob o impacto das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC). Ressalte-se que a proposta de Zurkowski expandiu-se pelos Estados Unidos e, posteriormente, ganhou amplitude global, amparada, sobretudo pelo discurso da chamada Sociedade da Informação e o ideal da globalização. Além disso, o objetivo da Colnfo desenvolveu-se, ganhou adeptos em todo o mundo, com diversos profissionais, instituições e políticas debruçados sobre a questão de ensinar a acessar e usar a informação de forma inteligente, legal e ética.

A partir daí vários organismos passaram a aderir a tal concepção, embora sem questionamentos ou reflexão mais aprofundados, em um primeiro momento. Dentre eles, pode-se destacar: *American Library Association* (ALA), a *International Federation Library Associations* (IFLA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), os quais assumem a *Information Literacy* (Colnfo) como “Farol da Sociedade da Informação” e que contribuem para um grande impulso desse tema na sociedade contemporânea e leva a considerar que todo cidadão ativo e consciente deste século XXI será aquele que não se limita a absorver a imensa quantidade de informação que chega até si, mas reflete e produz pensamento crítico sobre a informação exposta em qualquer momento da sua vida, requerendo essa competência para desenvolver o processo de transformação da informação em conhecimento em duas grandes vertentes: em saber localizar e acessar a informação e saber que processos efetuar para compreender a informação e utilizá-la. Desse modo, a Colnfo é reconhecida como capacidade essencial para o aprendizado ao longo da vida, permitindo que seja efetivado o exercício da cidadania informada e interventiva na sociedade contemporânea, conforme consta na Declaração de Praga (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017).

Os estudos voltados para Competência em Informação estão direcionados à construção de modelos teóricos; desenvolvimento de padrões e diretrizes que sejam catalisadores para os modelos; aplicação dos padrões em situações reais; e articulação das melhores práticas e dos fatores críticos resultantes de experiências já comprovadas e que tenham obtido êxito de acordo com métodos de avaliação adotados. Vale lembrar a existência de correntes teóricas que sustentam seus princípios com visões diferenciadas, dependendo de suas origens: *visão americana* - um conjunto de qualificações ou características subjacentes à pessoa, que permitem a ela realizar determinado trabalho ou lidar com uma dada situação em relação ao acesso e uso da informação para a construção de conhecimento; *visão francesa* - associa a competência não a um conjunto de atributos da pessoa, mas sim às suas realizações em determinado contexto, ou seja, àquilo que a pessoa produz ou realiza no trabalho ou em uma dada situação relacionada ao acesso e uso da informação para a construção do conhecimento; e, *visão integradora* - compreende além de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para exercer certa atividade, mas também o desempenho da pessoa em determinado contexto, em termos de comportamentos adotados em diferentes momentos e realizações decorrentes relacionadas ao acesso e uso da informação para a construção do conhecimento.

Alguns temas de importância para a sociedade acham-se em estreita relação com a Colnfo, a saber: saúde e serviços; governança e cidadania; desenvolvimento econômico e em ambientes de trabalho; educação e aprendizado ao longo da vida; e, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Dudziak (2016, p. 46), ao abordar e contextualizar a trajetória social, econômica e política que conduziu ao estabelecimento de políticas de diferentes países, as quais foram elaboradas sobre a competência em informação, mencionou que:

[...] é mister pontuar que a competência em informação não se estabelece a partir do atendimento a um conjunto de requisitos, pois se baseia na constante mobilização de um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e recursos voltados a um propósito, uma utilidade, uma decisão ou busca de solução para um desafio informacional. Por esse motivo, não pode se limitar à biblioteca ou ao bibliotecário. Também se enganam os profissionais que restringem a competência em informação aos estágios iniciais do processo informacional e de aprendizado. Não pode ser compreendida apenas no âmbito da identificação, busca, localização e análise de informações, pois não prescinde do sujeito, da situação, de seu objetivo ou motivação. Somente a compreensão mais profunda do conceito permite a necessária transição da racionalidade instrumental para a racionalidade substantiva que não ignora o que é valorizado em uma nação. Com isso em mente, é preciso destacar que a simples importação de conceitos e aplicação de práticas “estrangeiras” a contextos diferentes sem os devidos cuidados, resulta em artificialismos, com pouco aproveitamento real (DUDZIAK, 2016, p. 46)

Por outro lado, em circunstâncias mais recentes, a ColInfo tem sido mencionada em articulação e interação com a competência midiática (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO..., 2016), havendo diferentes denominações para essa nova temática: *Media and Information Literacy* (MIL) ou Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) ou ainda Competência Informacional e Midiática (CIM) ou mesmo Competência em Informação e Midiática. Embora sejam dois campos separados de prática e pesquisa, as interseções e as sobreposições entre os campos continuam a se fortalecer e crescer à medida que ambos os campos evoluem. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2018) há muito incentiva os dois campos a se alinharem e trabalharem em conjunto por meio do apoio ao seu programa de “alfabetização midiática e informacional” (AMI), tendo criado a *Global Alliance for Partnerships in Media and Information Literacy* (GAPMIL) uma rede com foco na interação dessas áreas.

Além disso, a UNESCO (2016) também menciona que:

A alfabetização midiática e informacional (AMI) reúne a alfabetização informacional e a midiática, além das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e a alfabetização digital, como novo construto da alfabetização que ajuda a empoderar pessoas, e também permite que comunidades e nações participem e contribuam para as sociedades do conhecimento globais. A adoção dessa abordagem deve promover maior acessibilidade, convergência e distribuição de informações e conteúdos midiáticos, em vários formatos e por meio de diversas ferramentas digitais. A AMI ajuda no desenvolvimento do pensamento crítico e na resolução de problemas, além de aumentar a colaboração e a participação. Isso significa que cada país deve investir na criação de um ambiente que permita a AMI, bem como indica que os cidadãos precisam estar equipados com as ferramentas e os recursos necessários para atingir seus objetivos individuais, profissionais e sociais, com base nas competências relacionadas à AMI (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO..., 2016a, p. 9)

Uma definição de competência em informação e midiática também é importante destacar para uma melhor compreensão de ambas:

[...] conjunto que empodera os cidadãos, permitindo que eles acessem, busquem, compreendam, avaliem e usem, criem e compartilhem informações e conteúdos midiáticos em todos os formatos, usando várias ferramentas, de forma crítica, ética e eficaz, com o objetivo de participar e de se engajar em atividades pessoais, profissionais e sociais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO..., 2016a, p. 9).

Dudziak, Ferrari e Ferreira (2017) oferecem um excelente panorama internacional e nacional sobre os principais marcos políticos representados por declarações, manifestos e recomendações definidos por organizações como a UNESCO e a IFLA, e entidades nacionais como a Federação de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), relacionados à promoção da competência em informação e midiática e, a partir daí, oferecem condições de maior reflexão sobre seu potencial de promover mudanças sociais, políticas e educacionais efetivas e virtuosas nas sociedades e governos. Em especial, para a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (2015):

O acesso público à informação suporta a criação de sociedades de conhecimento que incluem a infraestrutura, as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação e a capacitação no âmbito da literacia dos media e informativos que o público necessita, para eficazmente utilizar a informação, bem como a sua preservação de maneira a assegurar o seu acesso às gerações futuras. Nesta definição, o tipo de informação que deve ser providenciada vai além da informação que é disponibilizada pelo governo ou que é exigida claramente na legislação em matéria de Direito da Informação, muito embora reconhecendo o direito do público ao acesso a informações e dados, é essencial respeitar o direito à privacidade individual.

Em suma, pode-se dizer que a evolução histórica da ColInfo e da competência midiática nos mostra que nos países desenvolvidos não têm se baseado apenas em debate científico, mas principalmente em práticas de ação política

consistentes, sendo que é possível dizer que uma delas é sua transversalidade e envolvimento com os ODS e a Agenda 2030.

3 ODS e Agenda 2030 na contemporaneidade

Os 193 Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo o Brasil, comprometeram-se a adotar a chamada Agenda 2030, trabalhando para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2016; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2018; PLATAFORMA... 2018).

Os ODS representam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030. Incluem novos objetivos e metas relacionados à proteção da criança e do adolescente, à educação infantil e à redução das desigualdades.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas demonstram a escala e a ambição da nova Agenda 2030, uma vez que foram construídos com base nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), procurando alcançar e finalizar o que estes últimos não conseguiram, destacando-se, em linhas gerais, a busca contínua para concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas, sendo que em interação e indivisibilidade, os ODS visam ao equilíbrio das três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias lançou o “Programa de Ação da IFLA para o Desenvolvimento através das Bibliotecas” salientando que as bibliotecas podem ser importante contributo para o desenvolvimento, e apresentam um conjunto de ferramentas que devem apoiar o trabalho de *advocacy* (proposta de trabalho da IFLA em conjunto com as bibliotecas para aumentar o acesso à informação e ao conhecimento em toda a sociedade com a disponibilidade de tecnologias de informação e comunicação, a fim de apoiar o desenvolvimento sustentável e melhoria da vida das pessoas), promovendo a inclusão das bibliotecas e do acesso à informação como parte dos planos de desenvolvimento nacionais e regionais que contribuirão para cumprir o documento *Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (Agenda 2030 da ONU). Nesse sentido, poderão auxiliar, em síntese a: compreender o processo da Agenda 2030 da ONU e o trabalho de *advocacy* da IFLA; compreender como a Agenda 2030 da ONU será implementada em nível nacional; organizar encontros com políticos tomadores de decisão para demonstrar a contribuição que as bibliotecas e o acesso à informação proporcionam para o desenvolvimento nacional e em todos os ODS; monitorar a Agenda 2030 da ONU; e, informar os usuários da biblioteca sobre os ODS (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 2015).

A realidade social contemporânea demonstra que inúmeros cidadãos continuam a viver na pobreza e a eles é negada uma vida digna, além de haver crescentes desigualdades e disparidades de oportunidades, riqueza e poder, sendo a desigualdade de gênero um grande desafio às nações, onde o desemprego, particularmente entre os jovens, é ainda uma grande preocupação. Ainda, vale lembrar também que ameaças globais de saúde, desastres naturais mais frequentes e intensos, conflitos em ascensão, o extremismo violento, o terrorismo e as crises humanitárias relacionadas e a mobilidade forçada de pessoas ameaçam reverter grande parte do progresso do desenvolvimento alcançado nas últimas décadas (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2016).

Entretanto, olhando do lado positivo, visualiza-se um progresso de certa forma significativo no cumprimento de muitos desafios ao desenvolvimento. Muitas pessoas emergiram da pobreza extrema em alguns países, o acesso à educação aumentou consideravelmente tanto para meninos quanto para meninas. Além disso, outro fator preponderante é que há a esperança de que a disseminação da informação e das TIC e a interconectividade global traga consigo potencial para acelerar o progresso humano, para eliminar o fosso digital e para o desenvolvimento de sociedades do conhecimento, assim como a inovação científica e tecnológica em áreas diversas.

A Agenda 2030 destaca, dentre os principais compromissos, aquele que se apoia no pressuposto de que todas as pessoas, independentemente do sexo, idade, raça, etnia, e pessoas com deficiência, migrantes, povos indígenas, crianças e jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida que os ajudem a adquirir os conhecimentos e habilidades necessários para explorar oportunidades e participar plenamente da sociedade. Entretanto, ressalta também que o desenvolvimento sustentável não pode ser realizado sem paz e segurança; e paz e segurança estarão em risco sem o desenvolvimento sustentável. Essa nova Agenda reconhece a necessidade de construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas que ofereçam igualdade de acesso à justiça e que são baseadas no respeito aos direitos humanos (incluindo o direito ao desenvolvimento), em um efetivo Estado de Direito e boa governança em todos os níveis e em instituições transparentes, eficazes e responsáveis. Nesse contexto, as bibliotecas como provedoras de informação e espaços de construção e compartilhamento de conhecimento, em acordo com as reflexões e discussões havidas no “Painel de Alto Nível sobre a Agenda de Desenvolvimento posterior a 2015”, com as consultas posteriores a 2015 do “Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP)” e do “Informe de Áreas de Interesse do Grupo de Trabalho Aberto”, se identificam com o acesso à informação como um ponto crucial para apoiar o desenvolvimento sustentável uma vez que constituem insumo essencial para a tomada de decisões dos governos em todos os níveis, das comunidades e da sociedade civil (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 2015). Entretanto, todo esse panorama descrito está relacionado com a ColInfo, em especial na dimensão da governança envolvendo assuntos de usuários e direitos humanos, e especialmente, porque as bibliotecas se caracterizam por serem inclusivas e por buscar a igualdade na atenção primária às necessidades de seus usuários e poder disponibilizar o acesso à informação que necessitam, de maneira mais ampla possível. Considera-se ser esta uma condição *sine qua non* para que as bibliotecas contribuam para a construção de uma cidadania consciente, além de dever estimular a criação, produção e circulação de novos conteúdos originais no entorno onde se insere, contribuindo para a memória coletiva e o patrimônio cultural da sociedade, requerendo à promoção do acesso aberto à Internet e aos recursos oferecidos.

4 Onde estaria a inter-relação entre ColInfo, Competência midiática e os ODS e a educação contemporânea?

Os cidadãos precisam de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que lhes permitam contribuir para o desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, houve uma mudança no paradigma educacional de aprendizagem em um momento da vida para aprendizagem contínua, com o processo de autodesenvolvimento realizado durante a vida inteira. Como os ambientes sociais, de vida e trabalho dos cidadãos estão em constante mudança, existe a necessidade de cultivar novas competências e buscar novas abordagens de aprendizado.

Há necessidade de desenvolver competências que capacitem as pessoas a refletir sobre as próprias ações, tendo em conta seus impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais atuais e futuros, a partir de uma perspectiva local e global. Nossa visão está voltada para transformar vidas mediante a educação, reconhecendo o importante papel que desempenha a educação como fator principal de desenvolvimento e para a consecução dos ODS propostos. Desse modo, o ODS-4 preconiza a “garantia de uma educação inclusiva e equitativa de qualidade para promover oportunidades de aprendizagem permanente para todos”. Essa educação requer uma pedagogia transformadora orientada para a ação, que apoie a autoaprendizagem, a participação e a colaboração; uma orientação para a solução de problemas; inter e transdisciplinaridade; e a conexão entre aprendizagem formal e informal. Apenas essas abordagens pedagógicas tornam possível o desenvolvimento das principais competências necessárias para promover o desenvolvimento sustentável (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO..., 2016b).

Ressalta-se que uma educação de qualidade (ODS-4) é inerente ao conceito de aprendizagem ao longo da vida que também se insere nos princípios da competência em informação (ColInfo) e midiática: todas as instituições de educação – desde a educação pré-escolar até a educação superior e a educação não formal e informal – podem e devem considerar como sua responsabilidade trabalhar intensamente com questões de desenvolvimento sustentável e promover o desenvolvimento de competências que concorram para a sustentabilidade. As competências compreendem os atributos específicos que as pessoas precisam para atuarem em vários contextos e situações complexas, incluindo elementos cognitivos, afetivos, volitivos e motivacionais; portanto, pode-se dizer que constituem uma interação de conhecimentos,

capacidades e habilidades, motivações e disposições afetivas. Entretanto, cabe ressaltar também que não é possível ensinar competências, elas têm de ser desenvolvidas pelas próprias pessoas. Elas são adquiridas durante a ação, com base na experiência e na reflexão (UNESCO, 2016; WEINERT, 2001). Ainda, nesse sentido, são destacadas as chamadas competências – chave que podem ser entendidas como sendo transversais, multifuncionais e independentes do contexto. Não substituem as competências específicas necessárias para a ação bem-sucedida em determinadas situações e contextos, mas elas as incluem e têm um foco mais amplo (RYCHEN, 2003; WEINERT, 2001). No âmbito das competências-chave consideradas de importância para o desenvolvimento sustentável encontram-se, em síntese, no Quadro 1, uma descrição daquelas que seguem em inter-relação com indicadores de competência em informação e midiática (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO..., 2016b).

Quadro 1 - Inter-relação entre as competências-chave para o desenvolvimento sustentável e a competência em informação e midiática

Competências-chave	Conceitos (RYCHEN, 2003; WEINERT, 2001)	Inter-relação com Indicadores de Competência em informação e midiática (UNESCO, 2016a)
Competência de pensamento sistêmico	Habilidade de reconhecer e compreender relacionamentos; analisar sistemas complexos; pensar como os sistemas são incorporados dentro de diferentes domínios e diferentes escalas; e lidar com a incerteza.	Relacionadas à cidadania, a competência em informação e midiática vão muito além da busca, organização e uso das informações e dos recursos midiáticos, pois, significam saber o porquê do uso de determinada informação ou fonte, considerando implicações ideológicas, políticas e ambientais, incluindo-se as questões inerentes ao desenvolvimento sustentável.
Competência antecipatória	Habilidade de compreender e avaliar vários futuros possíveis, prováveis e desejáveis; criar as próprias visões para o futuro; aplicar o princípio da precaução; avaliar as consequências das ações; e lidar com riscos e mudanças.	Permitem a observação das ligações inerentes ao desenvolvimento sustentável e suas dimensões de sustentabilidade social, cultural, ecológica e econômica.
Competência normativa	Habilidade de entender e refletir sobre as normas e os valores que fundamentam as ações das pessoas; e negociar valores, princípios, objetivos e metas de sustentabilidade, em um contexto de conflitos de interesses e concessões, conhecimento incerto e contradições.	Possibilitam o uso ético e legal da informação e dos recursos midiáticos nas sociedades democráticas e a responsabilidade social em relação à mediação pelo diálogo intercultural e a educação.
Competência de colaboração	Habilidade de aprender com outros; compreender e respeitar as necessidades, as perspectivas e as ações de outras pessoas (empatia); entender, relacionar e ser sensível aos outros (liderança empática); lidar com conflitos em um grupo; e facilitar a colaboração e a participação na resolução de problemas.	Permitem a resolução de situações-problema, realizando-se ações de liderança à medida que são oferecidas oportunidades de aprendizado, evolução pessoal e social, baseados na definição e articulação das necessidades de informação e de construção e o compartilhamento do conhecimento.
Competência de pensamento crítico	Habilidade de questionar normas, práticas e opiniões; refletir sobre os próprios valores, percepções e ações; e tomar uma posição no discurso da sustentabilidade.	Possibilitam o desenvolvimento do comportamento crítico e reflexivo e estão direcionadas a uma atuação crítica sobre a realidade, em termos individuais e coletivos.
Competência de autoconhecimento	Habilidade de refletir sobre o próprio papel na comunidade local e na sociedade (global); avaliar continuamente e motivar ainda mais as próprias ações; e lidar com os	Possibilitam entender como as informações e as mensagens de mídia moldam nossa cultura e sociedade, avaliando-as com base nas próprias experiências, habilidades, crenças e

	próprios sentimentos e desejos.	valores.
Competência de resolução integrada de problemas	Habilidade de aplicar diferentes marcos de resolução de problemas para problemas complexos de sustentabilidade e desenvolver opções de solução viáveis, inclusivas e equitativas que promovam o desenvolvimento sustentável, integrando as competências mencionadas anteriormente.	A promoção da competência em informação e midiática junto aos cidadãos, permite que articulem e contribuam com a criação de políticas públicas e da cultura da informação fortalecendo ações de aprendizado ao longo da vida ,mediante iniciativas e estudos voltados prioritariamente ao desenvolvimento de hábitos de investigação e inquirição para a sustentabilidade, tanto nas práticas formais quanto informais de educação, em todos os níveis e idades, nas atividades comunitárias e nos ambientes de trabalho.

Fonte: Elaboração da autora.

As pessoas, ao desenvolverem a ColInfo e a competência midiática tornam-se mentores da construção do seu próprio conhecimento e terão, certamente, um maior sucesso nas várias vertentes da sua vida. Caso contrário, farão uso da informação que lhes é transmitida por meio das TIC e das mídias sem qualquer tipo de reflexão ou análise, o que na maioria das vezes provoca a ausência de tomada de consciência das relações de interação entre os diversos contextos e realidades sociais. Gera-se, assim, uma formação educacional promotora de reflexão e debate essencial para a sobrevivência do sistema democrático da sociedade, o que é um requisito mencionado na Agenda 2030 e nos ODS.

5 Considerações Finais

O principal objetivo desta contribuição de natureza teórica, sem haver a pretensão de se esgotar os temas inter-relacionados, foi levar à reflexão e chamar a atenção acerca da importância do desenvolvimento da ColInfo e da competência midiática como uma ação estratégica para o alcance da implementação da Agenda 2030 e dos ODS na sociedade contemporânea, destacando-se sua transversalidade com programas de educação de qualidade e a necessidade das bibliotecas e dos profissionais que nelas atuam de se engajarem como mediadores nesse processo voltado para a sustentabilidade social, cultural, ecológica e econômica.

Espera-se que o acesso e o uso da informação de forma inteligente para a construção de conhecimento e sua aplicação à realidade social, missão da ColInfo e da competência midiática, possam estar incluídos como parte dos planos de desenvolvimento nacionais e regionais no Brasil contribuindo para cumprir o lema “Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 20 mar. 2018.
- DUDZIAK, E. A. Políticas de competência em informação: leitura sobre os primórdios e a visão dos pioneiros da information literacy. In: ALVES, F. M. M.; CORRÊA, E. C. D.; LUCAS, E. R. O. (Org.) **Competência em informação**: políticas públicas, teoria e prática. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 19-50.
- DUDZIAK, E. A.; FERREIRA, S. M. S. P.; FERRARI, A. C. Competência informacional e midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 213-253, jan./jul. 2017.
- HILLAU, B. De l'intelligence opératoire à l'historicité du sujet. In: MINET, F.; PARLIER, M.; WITTE, S. (Org.) **La compétence, mythe, construction ou réalité?** Paris: Éditions Harmattan, 1994. p. 45-69.
- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. Haia, 2015. Disponível em: <https://www.ifa.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf> Acesso em: 23 mar. 2018.
- PLATAFORMA AGENDA 2030. **Acelerando as transformações para a Agenda 2030 no Brasil**. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/> Acesso em: 20 mar. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Brasil avança na implementação da Agenda 2030**. 2018. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2018/01/05/brasil-avan-a-na-implemanta-o-da-agenda-2030.htm> Acesso em: 20 mar. 2018.

RYCHEN, D. S. Key competencies: meeting important challenges in life. In: RYCHEN, D. S.; SALGANIK, L. H. (Ed.). **Key competencies for a successful life and well-functioning society**. Cambridge, MA: Hogrefe e Huber, 2003. p. 63-107.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **From the MDGs to sustainable development for all: lessons from 15 years of practice**. 2016. Disponível em: <https://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/sustainable-development-goals/from-mdgs-to-sustainable-development-for-all.html> Acesso em: 20 mar. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **About GAPMIL**. 2018. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/media-development/media-literacy/global-alliance-for-partnerships-on-media-and-information-literacy/about-gapmil/> Acesso em: 20 mar. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Marco de avaliação global da alfabetização midiática e informacional**: disposição e competências do país: resumo executivo. Genebra, 2016a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**: objetivos de aprendizagem. Paris, 2016b.

WEINERT, F. Concept of competence: a conceptual clarification. In: RYCHEN, D.; SALGANIK, L. (Ed.). **Defining and selecting key competencies**. Seattle: Hogrefe & Huber, 2001. p.45-66.

Dados dos autores

Regina Célia Baptista Belluzzo

Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação, pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Biblioteconomia e Documentação, pela Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos (EBDSC) e em Direito, pela Faculdade de Direito de São Carlos (FDSC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGI) da Universidade Estadual Paulista (UNESP-Marília). Integrante da Linha de Pesquisa "Gestão, Mediação e Uso da Informação" e do Programa de Pós-Graduação em TV Digital: Informação e conhecimento (UNESP-Bauru). Integrante da Linha de Pesquisa "Gestão da Informação e Comunicação para Televisão Digital".

rbelluzzo@gmail.com

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0812422122265124>

UFCA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Mestrado Profissional em Biblioteconomia

Este periódico é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) da [Universidade Federal do Cariri](http://www.ufca.edu.br) em formato digital e periodicidade semestral.